

# **Riscos da co-incineração ou co-incineração dos riscos? Análise das controvérsias sobre resíduos industriais perigosos**

Helder Raposo

## **Os portugueses e os novos riscos**

Maria Eduarda Honçalves (coordenadora), Ana Delicado,  
Cristiana Bastos, Helder Raposo, Mafalda Rodrigues

Capítulo 2 (pp. 49-74)

Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; 2007.

(Estudos e Investigações; 45)

ISBN 978-972-671-205-3

A co-incineração constitui um método de tratamento de resíduos industriais, introduzido em diversos países e proposto também em Portugal, como alternativa à construção de centrais de incineração “dedicada”. A co-incineração consiste na queima de resíduos, incluindo resíduos industriais perigosos, em fornos de fábricas cimenteiras, onde são utilizados como combustível. Motivos de ordem ambiental, assim como de ordem económica, têm sido invocados em defesa do recurso a esse método como parte de estratégias de gestão dos resíduos industriais.

A controvérsia sobre a co-incineração de resíduos industriais perigosos em Portugal revê momentos especialmente altos, em densidade e intensidade de debate público e de movimentação social, em finais dos anos 90. Desde então, não desapareceu do espaço político e do espaço mediático, tendo atravessado os anos e as mudanças de governo. Lançada, inicialmente, em 1997-1998, por um governo do Partido Socialista (PS), seria rejeitada pelo governo que se lhe seguiu, liderado pelo Partido Social Democrata (PSD), para voltar a ser adoptada pelo novo governo socialista, chegado ao poder em 2005. Neste capítulo analisa-se o desenrolar da controvérsia desde os finais de 90 até 2005.

O exame da co-incineração com um factor de risco obriga a reconhecer os seus traços específicos. Em contraste com a BSE, que, como doença que é, representa, por natureza, um mal, a co-incineração apresenta-se em si, numa primeira análise, como a solução para o

problema da acumulação de resíduos decorrentes da actividade industrial. No entanto, se a co-incineração constituiu objecto de polémica, isso ficou a dever-se às suas facetas problemáticas; ou seja, aos impactos sobre o ambiente e a saúde pública que lhe foram atribuídos. Tidos por potencialmente gravosos por algumas das partes envolvidas no debate, eles tenderam a ser minimizados por outras.